

Sumário

PARTE I

Comentários à Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011

CAPÍTULO I

Considerações Iniciais	15
1. Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011	15
2. Principais mudanças	16

CAPÍTULO II

Medidas Cautelares.....	19
1. Aspectos introdutórios.....	19
2. Características das medidas cautelares	20
2.1. Provisoriedade	20
2.2. Revogabilidade	21
2.3. Substitutividade	22
2.4. Excepcionalidade.....	22
3. Requisitos genéricos para imposição das medidas cautelares ...	26
3.1. <i>Fumus comissi delicti</i> e a questão da prova da materialidade. Distinção entre as cautelares alternativas à prisão e a exigência da materialidade para a prisão preventiva.....	26
3.2. <i>Periculum in libertatis</i>	28
4. Pressupostos específicos das medidas cautelares da Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011: o chamado “pressuposto material” do princípio da proporcionalidade como juízo escalonado	29
4.1. Compreendendo o pressuposto material ou de justificação teleológica das medidas.....	33

4.2. A relação meio e fim: ainda sobre o pressuposto material do princípio da proporcionalidade.....	34
4.3. A violação dos requisitos legais (pressuposto material) causa de nulidades.....	35
4.3.1. A questão da preventiva e a tipicidade processual..	36
4.3.2. Violação do princípio: ato nulo.....	38
5. Modalidades de medida cautelar.....	38
5.1. Medidas acautelatórias.....	39
6. Decretação das medidas cautelares.....	39
7. Procedimento para imposição das medidas.....	40
8. Medidas cautelares em espécie.....	41
8.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades (inciso I).....	41
8.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o investigado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações (inciso II).....	44
8.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o investigado ou acusado dela permanecer distante (inciso III).....	45
8.4. Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução (inciso IV).....	47
8.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos (inciso V).....	48
8.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais (inciso VI).....	49
8.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do CP) e houver risco de reiteração criminosa (inciso VII).....	50

8.8. Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial (inciso VIII).....	51
8.9. Monitoração eletrônica (inciso IX).....	52
8.10. Proibição de ausentar-se do país	53

CAPÍTULO III

Prisão.....	57
1. Conceito e modalidades	57
2. Cautelaridade: social e processual	58
3. Prisão e inviolabilidade de domicílio	60
4. Prisão especial.....	61
5. Mandado de prisão.....	63
5.1. Banco de dados controlado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	66
6. Prisão em flagrante.....	67
6.1. Classificações	68
6.2. Casos especiais.....	70
6.3. Formalidades da prisão em flagrante. Súmula Vinculante 11: algemas	71
6.4. Procedimento ao receber o auto de prisão em flagrante.....	75
6.4.1. Relaxar a prisão ilegal (inciso I).....	75
6.4.2. Converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão (inciso II)	76
6.4.2.1. Fim da autonomia da prisão em flagrante.....	76
6.4.3. Conceder a liberdade provisória, com ou sem fiança (inciso III).....	78
6.5. Liberdade provisória e relaxamento da prisão	79
6.6. Quem pode ser preso em flagrante.....	80

6.7. Sujeito ativo do flagrante	81
6.8. Autoridade	81
7. Prisão preventiva.....	81
7.1. Generalidades e conceito.....	81
7.2. Decretação.....	82
7.3. Pressupostos	83
7.4. Admissibilidade	86
7.5. Prazo.....	89
7.6. Apresentação espontânea	90
8. Prisão domiciliar	91
8.1. Requisitos da prisão domiciliar.....	91

Capítulo IV

Liberdade Provisória	93
1. Conceito.....	93
2. Hipóteses de cabimento	94
3. Classificações.....	96
4. Liberdade provisória vinculada sem fiança	96
5. Liberdade provisória mediante fiança.....	97
5.1. Objeto da fiança.....	99
5.2. Concessão	99
5.3. Valor.....	100
5.4. Destinação do valor da fiança	100
5.5. Obrigações do afiançado	101
5.6. Reforço da fiança.....	101
5.7. Quebramento.....	102
5.8. Cassação	103
5.9. Perda	103
5.10. Dispensa da prestação.....	104
5.11. Recurso cabível.....	104

PARTE II
Legislação Anotada

Art. 282.....	107
Art. 283.....	110
Art. 289.....	116
Art. 299.....	117
Art. 300.....	118
Art. 306.....	119
Art. 310.....	122
Art. 311.....	127
Art. 312.....	129
Art. 313.....	137
Art. 314.....	140
Art. 315.....	140
Art. 317.....	142
Art. 318.....	143
Art. 319.....	144
Art. 320.....	146
Art. 321.....	147
Art. 322.....	150
Art. 323.....	151
Art. 324.....	153
Art. 325.....	154
Art. 334.....	156
Art. 335.....	156
Art. 336.....	157
Art. 337.....	158
Art. 341.....	159
Art. 343.....	161
Art. 344.....	161

Art. 345.....	162
Art. 346.....	162
Art. 350.....	163
Art. 289-A.....	163
 Tabela Comparativa da Reforma Implementada pela Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011.....	 167
 Referências.....	 181